

“VIOLÊNCIAS” E RESISTÊNCIA: OS VENDEDORES AMBULANTES NO CENTRO DE CAMPINA GRANDE

Maria Auriane de Sousa Ferreira¹

Nas décadas de 1970 e 1980, as principais ruas do centro de Campina Grande estavam tomadas por barracas de lona, enfileiradas por toda a rua. Quando chovia a situação se agravava, os vendedores tinham que desmontar suas barracas e a mercadoria, devido às chuvas, muitas vezes se estragava e causava grandes prejuízos. Os vendedores ambulantes, na sua maioria, eram homens e mulheres desempregados, que vinham da construção civil ou da zona rural e não encontrando outros meios de vida, partiam para as ruas Cardoso Vieira, Maciel Pinheiro, Venâncio Neiva, Monsenhor Sales, e outras, para vender de forma “incipiente”, seus produtos - meias, roupas, frutas e bugigangas. Estes sujeitos uma hora ou outra, ganhavam as páginas dos jornais, que noticiavam o problema, publicando as queixas dos comerciantes lojistas e da CDL, ao mesmo tempo em que estes letrados pediam providências às autoridades públicas para que as ruas tomadas pelos vendedores fossem “desobstruídas” e assim os carros e os pedestres pudessem transitar livremente e sem incômodos. Colocada a questão, o que nos propomos a apresentar neste artigo serão as várias formas de violência sofridas por estes vendedores ambulantes, tanto com relação à violência física, quando do rapa que aconteceu em meados da década de 1980, deixando uma vítima fatal e das formas de violência moral e verbal, quando muitas vezes estes sujeitos são nomeados de camelôs pelos discursos jornalísticos como pessoas desonestas, de índole e produtos de “procedência duvidosa”. Como historiador cabe-nos o papel de mostrar a questão e analisar do ponto de vista histórico, do que acarretou para o espaço urbano e para as pessoas envolvidas este processo de apropriação e desapropriação, tendo como fontes para nos auxiliar, os jornais “Diário da Borborema” e “Jornal da Paraíba”, assim como depoimentos orais dos próprios vendedores ambulantes e de frequentadores do centro da cidade.

Palavras-chave: espaço urbano, vendedores ambulantes e violência.

Introdução

São as combinações astuciosas que os vendedores ambulantes fazem no centro comercial de Campina, que utilizam os canteiros para expor seus produtos, facilitando o

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Orientanda do prof. Dr. Antonio Clarindo B. de Souza. Email para contato: aurianesf@gmail.com.

acesso e a visibilidade para quem passa e quer comprar. São as bolsas que estes usam para guardar a mercadoria e ir embora ao final da tarde quando o tumulto diminui. São essas combinações que nos possibilitam a análise histórica, através de usos e invenções do espaço público e da construção dos sujeitos que se inscrevem nesse espaço.

Ao passar pelo centro de Campina Grande em dias feriados ou finais de semana, o movimento é pouco, as pessoas quase não estão lá. Parece que a cidade se cala, em que a pedra e o concreto parecem objetos sem voz, sem movimento. E com o transitar das pessoas, tem-se a idéia de que a própria cidade fala, anda, escuta, respira, está em movimento. É a troca, interação entre espaço urbano e indivíduo, entre sujeito e objeto.

Com relação à determinação da prefeitura em retirar os camelôs do calçadão, os comerciantes alegam que o “tumulto” causado pelos mesmos prejudica a passagem de pedestres e, conseqüentemente, as vendas em seus estabelecimentos. Esse seria o discurso “legal”, utilizado pelos comerciantes, contrapondo-se ao discurso “ilegal” dos camelôs, onde esses estariam invadindo um lugar que se destinaria ao lazer e a passagem de transeuntes. Os camelôs alegam que estão no local há mais de cinco anos, e através dessa atividade comercial “duvidosa” (como sugerem alguns discursos), sustentam a casa e a família, não podendo deixar o local. E respondem que os comerciantes que estão tentando tirá-los do calçadão são da CDL, já que com a venda dos eletrônicos a preços mais baixos atrai pessoas em busca de pechincha, coisa que as lojas não oferecem. Também com relação a isso, no relato de um vendedor ambulante:

“Porque quem ta batendo de frente e ta fazendo essa denuncia é a CDL junto com os comerciantes, junto com os comerciantes lojistas porque eles acham que aqui ta atrapalhando o comércio deles, ta entendendo?”²

Um dia após a ordem de “limpeza”, ao passar pelo calçadão, sem a presença dos camelôs e o “tumulto” causado por eles, esse espaço deixou de ser “o calçadão”. Aquela (des)ordem que o caracteriza(va), não estava mais lá. As pessoas passavam pelo calçadão, apenas passavam. Os discursos e xingamentos, gritos e risos não estavam mais lá. O que se tinha era apenas passantes, e o calçadão, por um dia, torna-se lugar de circulação de pessoas.

² Entrevista com Gil Ney, vendedor de celular, concedida no dia 02/06/2009.

Alguns dias depois após a expulsão, os ambulantes haviam se reapropriado do lugar. Essa retirada dos camelôs do calçadão pode ser vista como “disciplinar” por parte das autoridades envolvidas, onde pregam o discurso do espaço “limpo” para que as pessoas possam transitar, e “anti-disciplinar” pelos ambulantes que dias depois, retomaram o lugar, aos seus “pontos de venda”, voltando, também, a dar sentido ao calçadão, como espaço de disputas e relações de poder, como nos mostra Certeau:

“(…) a cidade se torna o tema dominante dos lendários políticos, mas não é mais um campo de operações programadas e controladas. Sob os discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade, legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional – impossíveis de gerir” (CERTEAU, p.174)

Ou seja, a cidade foge ao controle repressor e “disciplinar”³ do início do século XX, do controle sobre os espaços públicos e da higienização desses, e a cidade vai sendo tomada por vendedores ambulantes, o que denuncia que dentro da cidade formal há uma cidade (ou cidades) informal, clandestina e indesejável que se faz presente a cada dia. (BRESCIANNI: 2005)

Seguindo nessa perspectiva “disciplinarizante”, Sarges faz referência aos vendedores ambulantes na cidade de Belém, Pará, no final do século XIX⁴, marcada pelas reformas urbanas e pelas medidas higienistas, não fugindo ao que acontecia nesse período nas cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, na tentativa de disciplinar os habitantes e as atividades praticadas pelos mesmos.

Configurações histórico-espaciais da cidade

As configurações espaciais na cidade de Campina Grande comportavam um centro comercial de grande influencia na região e no estado paraibano, onde pessoas do estado e de outras regiões comerciavam. Aliado a essa efervescente pujança comercial da cidade, que constantemente era nomeada pelos letrados e jornalistas desta forma, a capital do trabalho, do algodão, da riqueza comercial e econômica, nas décadas de 1970 começa a se desenhar aos olhos dessa elite letrada, representado em seus discursos

³ Ver: CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986.

⁴ Ver: SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: um outro olhar sobre a “Paris dos trópicos” (1897-1911)*. In: A cidade em debate. pp.67-68.

jornalísticos o potencial de Campina Grande e dos investimentos que estavam sendo feitos por parte dos órgãos estadual e federal, para que o setor industrial obtivesse também um almejado crescimento e reconhecimento em toda a região. Em paralelo a este desejo de crescimento e desenvolvimento crescia também o número de desempregados causado pelo fechamento de alguns setores fabris, como da indústria de fogões Wallig Nordeste, passando a fazer parte do pesadelo de muitos dos trabalhadores que estavam sendo demitidos e que buscavam outros meios de sobreviver. Muitos campinenses que atuavam na construção civil também se encontravam parados, desempregados pela queda desse setor, em que muitos buscavam empregos em outros estados brasileiros, como Sul e Sudeste. Estes retornavam, devido à crise do desemprego atingir boa parte da população, inclusive os trabalhadores paraibanos.

Detectar algum tipo de violência na fala de Maria José Tavares

Houve um rapa e morte na gestão do prefeito Enivaldo Ribeiro. Chamavam as barracas de favelas. As barracas enfeivavam as ruas e tanto os lojistas como as autoridades públicas buscavam combater essa visão negativa da cidade, exigindo a retirada dos vendedores das ruas para que estas ganhassem visibilidade. As pessoas que vinham da zona rural tinham vergonha de entrar nas lojas e compravam aos ambulantes, pois se sentiam mais à vontade. Eles diziam que não gostavam de entrar na loja porque eram observados, talvez por não se vestidos de acordo com os padrões da loja, geralmente usavam sandálias. E os ricos tinham vergonha de comprar nas barracas e quando comprava, dizia que era para suas empregadas.

Com relação ao nome camelô, o que a Maria José acha: tem gente que acha que camelô é aquela pessoa que enrola os clientes. Que vende produtos de procedência duvidosa e que tem conhecimento do que os jornais noticiavam a respeito da apropriação nas ruas por esse tipo de trabalho.

Campina Grande na década de 1970, as principais ruas do centro comercial tomadas por barracas de lona, de variedade de produtos expostos no meio da rua, vendidos pelos camelôs, os vendedores ambulantes tomavam as ruas da cidade para comercializar e mostrar seus produtos, melhorando assim a renda familiar. Muitos destes vendedores encontravam-se desempregados e por convite de algum parente ou

amigo, começaram a vender nas ruas, com meias e cuecas, depois a mercadoria ia se diversificando, passando a vender roupas tanto para mulheres como para homens e crianças. Os consumidores dos produtos que os ambulantes ofertavam vinham da área rural, de cidades próximas à Campina e se sentiam mais à vontade comprando nas barracas que ficavam nas ruas do que entrando nas lojas modernas, com escadas rolantes, pois estas se sentiam inferiores à classe consumidora de tais lojas e se sentiam melhor comprando na rua, calçados em suas sandálias havaianas e suas vestimentas simples. Vendedores e consumidores se sentiam familiarizados. Mas as pessoas de poder aquisitivo melhor também usufruíam dos produtos vendidos pelos camelôs, mas ao comprar o produto diziam que este seria para uma empregada ou para alguém que estava necessitando de tal coisa, seja uma roupa, um par de meias ou alguma bugiganga.

A crise no setor trabalhista afetou muitos campinenses, que desempregados, começavam a montar suas barracas nas ruas Maciel Pinheiro, Venâncio Neiva e Cardoso Vieira, lugares de maior visibilidade e maior circulação de pessoas, consumidores em potencial para seus produtos. Não poderiam encontrar meio melhor de sobreviver do que viver da venda de produtos, tidos muitas vezes pelos jornalistas que publicavam suas matérias com discursos que nomeavam estas pessoas de camelôs, o que para muitos, no caso, dos entrevistados, diziam não se sentir bem com esse termo que para eles, remetia a ilegalidade, a mercadoria de procedência duvidosa.

Um dos maiores problemas relatados pelos ambulantes, ao comercializarem nas ruas, diz respeito ao armazenamento dos seus produtos, pois quando chovia, toda mercadoria ficava comprometida e boa parte dos vendedores ficava no prejuízo, tendo que dobrar a venda para conseguir recuperar o que perdia. As condições precárias das barracas fazia com que as roupas ficassem alagadas, molhadas, as ruas alagadas, a correria para desmontar as barracas e levá-las para um lugar mais apropriado com a ajuda de alguns meninos que ficavam por ali, disponíveis para este tipo de serviço e na espera de um trocado. Esta seria uma das desvantagens de comercializar nas ruas. Sem lugar adequado para armazenar os produtos, desprotegidos das chuvas, suscetíveis a acidentes como atropelamentos e aos discursos moralizantes dos comerciantes associados à CDL, dos letrados com seus discursos e com as autoridades públicas e seu embate pela ordem nas ruas e pelo embelezamento do centro da cidade, principalmente

nas ruas centrais, aonde muitas pessoas da região e de outros lugares vinha comprar e passear.

E desse embate, gerador de conflitos entre diferentes setores da sociedade com diferenças, mas também interesses em comum, que seria da luta pela sobrevivência, na tentativa de ganhar o sustento da família. Essas classes de trabalhadores, em especial a dos vendedores ambulantes enfrentavam dificuldades que iam além das encontradas nas ruas quando chovia; alguns até mesmo chegavam a dizer que as suas barracas enfeivavam o centro da cidade, ou seja, eles acabavam concordando com o discurso moralizador dos veículos de comunicação, como os jornais e com os encarregados do planejamento urbano.

Os conflitos gerados pelo choque dos diferentes segmentos da sociedade campinense naquela época, das décadas de 1970 e 1980 contrastava com o que acontecia no âmbito nacional, das relações e questões políticas ligadas ao regime militar e da crise que afetava todo o país como o desemprego. Fatores que não podem passar despercebidos quando estamos analisando uma cidade do interior paraibano num determinado período e que se faz necessário para que enquadremos no contexto histórico que pretendemos.

Levando para o local, ao analisarmos as relações sociais entre vendedores ambulantes, comerciantes, jornalistas e órgãos públicos que estavam ligados ao ordenamento e planejamento urbano, os conflitos são eminentes e de uma forma ou de outra vêm a tona, seja de forma material quando dos rapas ou simbólica quando dos discursos que são construídos pelos jornalistas em torno destes sujeitos.

Teremos o lugar do calçadão como espaço direcionado pelos pedestres, usado pelos vendedores ambulantes, tornando-se um lugar TDR (territorializado, desterritorializado, reterritorializado).⁵ Territorializado pelos camelôs que expõem seus

⁵ TDR - territorialização, desterritorialização e reterritorialização- conceitos trazidos da geografia para explicar a dinâmica territorial atuante, isso influenciando tanto a questão territorial como cultural, de pertencimento e quebra de identidades, sendo identidades fragmentadas um conceito pós-moderno abordado por Hall In: HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Trad. Tomáz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP & A. 2003. 7ª ed. BECKER, Dinizar F. ; DOLLABRIDA, Valdir Roque. Dinâmica Territorial do Desenvolvimento. In: BECKER, Dinizar F.;

produtos nos canteiros das árvores, como se fossem vitrines, expostos para que os passantes possam apreciar e comprar. A desterritorialização (forçada), com o mesmo exemplo, quando esses foram retirados do lugar, por estarem atrapalhando a passagem, e a venda do comércio local; e, em seguida, a reterritorialização, quando esses mesmos camelôs retornam ao calçadão, voltando suas atividades comerciais.

Referências

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, vol. 1.

----- . *A invenção do cotidiano. Morar, cozinhar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996, vol. 2.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim. Cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.